

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE SUMIDOURO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2502/2024**

**OBJETO: ITEM 01 – PREGOS**

A Rezeile Materiais de Construção Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 07.267.233/0001-02, com sede na Avenida Paquequer, 482, Centro – Sumidouro - RJ, representada neste ato por seu representante legal, Sr. Hugo da Silva Bello, portador da carteira de identidade nº 23.09564-84 – DETRAN/RJ, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº 124.373.837-51, vem apresentar.

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

Interposto por VRM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.868.626/0001-48, com sede na Rua Prefeito João Gregório Galindo, nº 1426, Morro do Perez, Angra dos Reis - RJ – BRASIL – CEP 23.904-450 pelos motivos de fato e de direito que passa a expor.

**I – DA TEMPESTIVIDADE**

1. Primeiramente, importante salientar que a presente peça é TEMPESTIVA, haja vista que a interposição do Recurso Administrativo pela “**VRM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**”, se deu no dia 30.09.2024 (segunda-feira).

**2. Logo, o último dia do prazo de 03 (três) dias úteis previsto no item 10.3 ; 10.3.1 ; 10.3.2 do Edital e no Art. 165, §4º da Lei nº 14.133/2021, no dia 03.10.2024, (quinta-feira) pelo que resta demonstrada a tempestividade desta peça.**

**II – DOS FATOS**

Trata-se do Pregão Eletrônico n.º 060/2024, promovido para a eventual aquisição de “**Vigas, pregos e pranchões**”, para atender a **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS**, tendo como valor total estimado de R\$ 857.090,24 (**oitocentos e noventa e sete mil, noventa reais e vinte e quatro centavos**), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

**As empresas ofertantes do item 1, foram classificadas e por tanto aptas a participar da etapa de lances** do presente pregão, inclusive as empresas “JMV DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS E PRODUTOS EM GERAL LTDA”, que apresentou proposta inicial com valor acima da estimativa de preços constante no edital. Entendemos que tal decisão, proferida pela Douta Comissão de Licitação, teve como objetivo maior o interesse público e a otimização do presente certame, visando a participação de um maior número de empresas e assim garantir uma ampla concorrência e competitividade.

**Assim, após a etapa de lances no modelo de disputa aberta conforme edital, do qual as empresas: REZEILE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA e a VRM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (ora recorrida), participaram ativamente, sagrou-se vencedora na etapa de lances a empresa “REZEILE”, ao apresentar o menor valor com o maior desconto para o item em disputa, a saber R\$ 20,48 (vinte reais e quarenta e oito centavos) com um desconto real de 39,72% do valor estimado.**

Na etapa seguinte de “HABILITAÇÃO”, a Ilustre Comissão de Licitação e contando com o apoio da Comissão Técnica solicitaram o pronunciamento para sanar dúvidas quando a marca do produto constante da proposta comercial apresentada **para qual a “REZEILE” informou que houve um erro de digitação na marca do produto, porém as especificações técnicas atendiam o item do Edital.** Desta forma a Ilustre Comissão de Licitação em conjunto com a Comissão Técnica, após ter as dúvidas sanadas, declarou a proposta a “REZEILE” como “**aceita**” e, portanto, “**habilitada**” a seguir na próxima fase do processo licitatório, cito:

**Em verdade, o posicionamento da “VRM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA” trata-se de mera “insatisfação com o resultado do certame”,** visto que não aponta qualquer ilegalidade que venha comprometer a credibilidade do resultado e/ou processo licitatório conduzido pela Ilustríssima Comissão de Licitação, uma vez que o quesito “marca” não desqualifica o produto por ser um produto comum e o que altera sua característica é o modelo que no caso é o (26x84), cotado devidamente de acordo com as especificações do Edital.

**Para não haver óbice,** a empresa “REZEILE” anexou a este documento (Anexo I) com fotos e folder do respectivo produto da Marca “TX” constante em seu estoque, acentuando o erro de digitação por parte do operador e sua capacidade para atender os requisitos do item exigidos no edital.

**Passa-se, portanto, à demonstração de insubsistência das alegações formuladas, pelas** quais restará demonstrada a ausência da necessidade de reforma da decisão tomada pela Douta Comissão de Licitação na figura do seu Pregoeiro, não merecendo prosperar o recurso interposto pela referida licitante, “VRM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA”.

### **III – DO MÉRITO**

Logo no início do seu recurso a “VRM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA”, deixa evidente a intenção de usar do subterfúgio para atrasar o certame, quando alega que “a troca da marca do produto seria um vício insanável”, o que não se sustenta, uma vez que as características exigidas do produto no Edital foram atendidas.

**No mesmo diapasão, é consolidado o posicionamento dos tribunais no sentido de** determinar que a proposta mais vantajosa no quesito da economicidade e comprovadamente superior se comparado ao descritivo técnico do processo licitatório, Administração Pública à **declare aceita, mesmo contendo algum erros formal ou vícios sanáveis por meio de diligência,** em face dos princípios do formalismo moderado e da supremacia do interesse público, que permeiam os processos licitatórios.

Nos termos do Acórdão nº 1217/2023 – TCU - Plenário:

“22. Não é demais lembrar que o processo licitatório é pautado pelo formalismo moderado e pela busca da verdade material”.  
Nesse sentido, apresento os enunciados de diversas deliberações deste Tribunal:

“A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de preços de licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto.” (Acórdão 830/2018-Plenário). “Falhas meramente formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação de licitante.” (Acórdão 2.872/2010-Plenário).

**“Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante.** No curso de procedimentos licitatórios, a administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.” (Acórdão 357/2015-Plenário)

**Portanto, a Administração deve evitar o formalismo excessivo, diligenciando sempre que possível e necessário, para sanar dúvidas em relação à documentos apresentados, sejam eles na fase de proposta, sejam na fase de habilitação.** A inabilitação ou desclassificação por vícios meramente formais ou que possam ser sanados em sede de diligências é irregular. Não obstante, a perspectiva democrática deve dominar todas as formas de se pensar e, principalmente, de se interpretar e aplicar o Direito Público<sup>2</sup>.

**Deste modo, o procedimento licitatório não é um fim em si mesmo, mas sim um** instrumento por meio do qual a administração seleciona a proposta mais vantajosa para o interesse público. Os recursos orçamentário-financeiros são escassos e, por isso, em qualquer processo de licitação, que desemboque na contratação ou aquisição, incorre-se em custos explícitos e implícitos. Assim, as licitações públicas devem ser regidas pela eficiência e girar em torno de três aspectos fundamentais: preços, qualidade e celeridade

#### **IV – DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer:

- a)** o conhecimento e acolhimento das presentes contrarrazões ao recurso administrativo interposto pela empresa “REZEILE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA”;
- b)** que seja INDEFERIDO O RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA **VRM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, para que, na hipótese de indeferimento do recurso apresentado, mantenha-se a decisão do Pregoeiro.
- c)** a manifestação/resposta devidamente fundamentada sobre as contrarrazões apresentadas;
- d)** seja julgada totalmente procedente, nos termos de sua fundamentação, a fim de que a recorrida “**REZEILE**”, siga nos trâmites posteriores a habilitação do certame.

Termos em que,

Pede Deferimento



## PREGO COMUM COM OU SEM CABEÇA POLIDOS OU ZINCADOS



22 X 48	Kg
22 X 54	Kg
23 X 54	Kg
23 X 60	Kg
25 X 72	Kg
<b>26 X 84</b>	<b>Kg</b>

PREGO COMUM COM OU SEM CABEÇA  
POLIDOS OU ZINCADOS

PREGOS CABEÇA DUPLA

PREGO TELHEIRO (PACOTE COM  
0,500KG)

PREGO PARA FORRO

Ativar o Windows

Acesse Configurações para ativar o Windows





PREGOS

**TX**  
PREGOS

PREGO COM CABEÇA 26 X 84  
POLIDO 7.1/2" X 1  
7 898593 879126

PREGOS

**TX**  
PREGOS

PREGO COM CABEÇA 26 X 84  
POLIDO 7.1/2" X 1  
7 898593 879126

PESO LÍQUIDO

**1 kg**

PREGOS

**TX**  
PREGOS

PRÉMIOS EIRELI EPP - MADE IN CHINA  
FABRICAÇÃO: 30/03/2019 - CNPJ: 21.180.604/0001-37  
www.txpregos.com.br - txpregos@txpregos.com.br

PREGO COM CABEÇA 26 X 84  
POLIDO 7.1/2" X 1  
7 898593 879126

PESO LÍQUIDO

**1 kg**